

## Um estudo dos dispositivos do apagamento indígena no Uruguai

Resenha do livro: REPETTO, Francesca. *Uma arqueologia do apagamento: narrativas de desaparecimento Charrúa no Uruguai*. São Paulo: Hucitec, ANPOCS, 2019.

Camila Galan de Paula

Professora Assistente no Colegiado de Antropologia da  
Universidade Federal do Vale do São Francisco  
(UNIVASF – Campus Serra da Capivara)

Doutoranda em Antropologia Social na  
Universidade de São Paulo (USP)

*Uma arqueologia do apagamento: narrativas de desaparecimento Charrúa no Uruguai*, de autoria de Francesca Repetto, foi publicado em 2019 no formato de livro, tendo ganhado o Prêmio de Dissertação de Mestrado no “Concurso Brasileiro Anpocs de Obras Científicas e Teses Universitárias em Ciências Sociais” no ano de 2018. O livro refere-se à pesquisa de mestrado da autora, defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A formação do Estado-nação uruguaio assentou-se na ideia de sua constituição por pessoas de origens europeias. Até o presente, o Uruguai é um país que não reconhece a existência de povos indígenas em seus territórios, no que contrasta a todos os países da América do Sul, com exceção da França (Guiana Francesa). A questão central do livro é: como “o discurso acerca do ‘desaparecimento’ indígena [no Uruguai] foi pensado, organizado, sistematizado” (REPETTO, 2019, p. 19)?

Contrapõem-se ao discurso de desaparecimento indígena, sobretudo dos Charrúa, movimentos de crescente presença indígena no Uruguai pós-redemocratização. Tal

presença faz-se visível nos movimentos organizados de descendentes de Charrúa, nas memórias familiares de parcelas da população rural que descende de Charrúa e nos dados censitários de 2011, que apontam crescimento expressivo de declaração de ascendência indígena no país. O livro não trata das reivindicações indígenas contemporâneas, tema estudado anteriormente por Repetto em sua monografia de graduação em antropologia da UNILA. No entanto, são essas presenças contemporâneas que motivam uma leitura a contrapelo dos documentos históricos analisados pela pesquisadora.

Para responder a questão central de sua pesquisa, Repetto segue o método arqueológico proposto por Michel Foucault (1972) e descreve três “eixos de discurso” (REPETTO, 2019, p. 20) (ou três “formas de enunciação” [REPETTO, 2019, p. 21]) que se referem a uma unidade discursiva acerca da formação do Estado e da nação uruguaia. Tais eixos conformam os três capítulos do livro, que apresento adiante. O argumento central é que nessa unidade discursiva analisada, que conduz a leitora do século XIX ao XXI, articulam-se a construção da nação uruguaia e a ausência/presença indígena. A partir da descrição desses eixos, Repetto pretende mostrar que houve um apagamento da presença indígena, levando ao esquecimento e ao silenciamento dos descendentes de índios.

O trabalho de Repetto tem o mérito de não se limitar “aos exercícios lógicos de desmontagem da invisibilidade dos indígenas”, como nota Antônio Carlos de Souza Lima (2019, p. 12) (orientador da pesquisa e prefaciador do livro): trata-se de uma “etnografia do passado” (REPETTO, 2019, p. 39), como define a autora. A pesquisa de Repetto propõe-se tanto a buscar as brechas dos arquivos quanto a efetuar uma análise dos arquivos *along the grain*, no sentido impresso por Stoler (2002)<sup>1</sup>, isto é, buscando compreender a forma pela qual o conhecimento e poder estatais inscrevem-se no arquivo. Como lembra Repetto, os ideais de Estado “não sempre coincidem com os mecanismos formais, materiais e cristalizados como um ‘sistema’ coerente e homogêneo” (REPETTO, 2019, p. 67). Nesse sentido, o livro insere-se, como reconhece sua autora (REPETTO, 2019, p. 23), em uma tradição de pesquisas da antropologia do Estado e da administração pública, sobretudo em pesquisas sobre o indigenismo e o “poder tutelar” (SOUZA LIMA, 1995).

Conforme indica o título, o capítulo 1, “*Nas brechas de documentos estatais do século XIX. Ação e gestão sobre os Charrúa*” apresenta uma descrição a partir de documentos estatais do século XIX. A autora trata do evento conhecido pela historiografia uruguaia como o golpe final contra os Charrúa, o “Massacre de Salspuedes”, ocorrido em 1831, à época da

primeira constituição uruguaia. Se tal evento costuma ser entendido como evento único, final, e decorrente de ataques dos indígenas às fazendas de gados, Repetto aprofunda a pesquisa documental e compreende os atos de gestar e gerir que ali se apresentam. Seu argumento, assim, é de que o Massacre gesta (forma) e gere (administra) um imaginário sobre os indígenas que os equaliza à barbárie e à delinquência, fundamentando a necessidade de integrá-los como mão de obra nas fileiras do Exército e em serviço domésticos. O que ocorreu em Salsipuedes em 1831, portanto, é somente um ponto de um quadro mais amplo de colonialismo interno. Trata-se, nos termos da autora, do estabelecimento de uma “fronteira social entre os que seriam estabelecidos como parte constitutiva da nação que estava em construção e os que não seriam”, ou seja, “nessa formação discursiva de nação, o indígena é construído e representado como um *outro*, um inimigo sobre o qual o Estado-nação através das campanhas militares precisava impor-se” (REPETTO, 2019, p. 61–62).

Para sustentar o argumento deste primeiro capítulo, a autora apresenta e descreve diversos tipos de documentos em que se pode compreender a lógica estatal de gerência dos Charrúa. Trata-se de documentos (1) que inscrevem esses indígenas nas Missões, (2) que tratam das “distribuições de *índios*” em Montevideu e (3) que registram batismos. (1) Nesta parte, Repetto lida com a construção de uma oposição simbólica entre os Charrúa como inimigos e os Guarani como patriotas. Embora grupos Charrúa também estivessem entre os *missioneiros*, são os Guarani que são compreendidos como patriotas por terem ali sido instalados pelo novo governo após a independência uruguaia. A documentação consultada pela pesquisadora apresenta como últimos registros de pessoas Charrúa entre os *missioneiros* o ano de 1834, enquanto encontram-se registros de guarani até 1860, o que corrobora sua hipótese da construção diferencial da alteridade Charrúa (como inimigos) e guarani (como patriotas). (2) Nesta parte, a autora dedica-se ao que entende como uma leitura *against the grain* (STOLER, 2002), isto é, buscando desvelar brechas não enunciadas de modo explícito pela documentação estudada. O foco desta subparte é nas “distribuições de *índios*” em Montevideu que ocorreu após os eventos de Salsipuedes. Os prisioneiros Charrúa foram distribuídos a famílias que os solicitaram como *serventes*. A partir dos documentos, Repetto nota que chegou à capital uruguaia um número muito superior de mulheres do que de homens, o que mostra um destino diferente para cada um dos gêneros: os homens foram absorvidos pelo Exército ou enviados à cadeia. Além disso, a distribuição desses indígenas às famílias abastadas ocorreu em momento de decréscimo de mão de obra negra escravizada. Por fim, chega-se à leitura à contrapelo proposto: praticamente inexistem registros sobre como as mulheres e crianças foram absorvidas

como trabalhadores domésticos, o que sugere que isso era tomado como óbvio. Repetto segue aqui pesquisadoras (como Veena Das [2007]) que observam uma dimensão generificada e masculina no contrato social que funda o Estado. As “ações de morte sobre os homens foram tomadas como a história de todo o grupo social” (REPETTO, 2019, p. 82–83), conclui. (3) Esta parte, baseada na análise dos registros de batismo encontrados na Igreja Matriz de Montevideu, levanta a seguinte hipótese: sobre os *índios Charrúa* distribuídos nas casas de Montevideu impuseram-se dois modelos civilizatórios, um referente aos adultos, outro às crianças. Já que estas foram batizadas, estaria reservada a elas a “civilização pela conversão religiosa”, enquanto às mulheres adultas a civilização seria imposta “por meio da coerção e da disciplina do trabalho” (REPETTO, 2019, p. 93).

O capítulo 2, “*Construindo a nação. Imagens sobre o ‘desaparecimento’ indígena no final do século XIX*”, volta-se às narrativas oficiais da nação e suas interpretações dos atos estatais de ‘desaparecimento’ Charrúa. Repetto trata de textos de dois historiadores e um arqueólogo do século XIX, e do modo como suas produções formularam o *desaparecimento* dos indígenas no Uruguai. O argumento da autora é que tal desaparecimento, “instituído a partir do apagamento da contemporaneidade do *índio* ainda no final do século XIX” (REPETTO, 2019, p. 97), foi formulado de modo interrelacionado à construção da nação uruguaia como uma “comunidade imaginada” (ANDERSON, 2015). Os ideários sobre os quais se constitui a nação uruguaia privilegiaram a afirmação de um povo constituído pelos descendentes “*dos barcos*” (europeus). Em contraste a imagens de miscigenação e mistura sobre as quais se construíram várias outras nações latino-americanas, o Uruguai nacionalizou o europeu, branqueando a população. Neste ponto a autora estabelece paralelos com a construção da nação argentina, citando trabalhos que argumentam que a constituição da Argentina como uma nação formada por europeus também excluiu povos indígenas e afrodescendentes. No Uruguai, especificamente, as ações dirigidas aos índios “eram orientadas por discursos civilizatórios e não da mestiçagem” (p. 108).

Os autores cujos textos são analisados no segundo capítulo são Manuel De la Sota, Francisco Bauzá e José Figueira. Para o caso de De la Sota, a autora discute a construção da imagem dos Charrúa como os “Espartanos de la América”, isto é, como belicosos e ferozes, pertencentes ao passado – conquanto o historiador escreva seu livro apenas uma década após o Massacre de Salsipuedes. Já na discussão acerca do livro de Bauzá, Repetto, enfocando longa parte dedicada a “Los habitantes primitivos del Uruguay”, discute a formulação dos Charrúa como uruguaios e o início de uma discussão racial acerca da nação uruguaia, que seria formada pelos índios, portugueses e espanhóis – o que demonstra uma complexificação da afirmação anterior da autora da construção da nação uruguaia como

formada exclusivamente pelos descendentes “dos barcos”. Já Figueira, arqueólogo, ao expor suas pesquisas na Exposição Histórico-Americana de 1892 em Madri, apresenta os artefatos indígenas a partir da existência pretérita de seus produtores. Assim, ficou o indígena no passado da história uruguaia que começou a se desenhar na metade do século XIX.

O capítulo 3, “*Debates e embates sobre ‘o charrúa’ na produção acadêmica contemporânea*”, debruça-se sobre o modo como a produção acadêmica uruguaia, sobretudo antropológica, nega a possibilidade de existência contemporânea indígena (Charrúa, sobretudo). O argumento de Repetto é que a produção antropológica uruguaia dos séculos XX e XXI segue se inscrevendo nas “*formações discursivas nacionais*” (2019, p. 143) que relegam o indígena ao passado, conforme discutido no capítulo 2. A primeira parte deste capítulo centra-se nos embates entre as lideranças Charrúa e antropólogos em torno da possibilidade de existência de Charrúa na contemporaneidade. Os argumentos mobilizados pelos antropólogos, e descritos por Repetto, certamente chocam a leitora brasileira: já no século XXI, antropólogos uruguaio defendem a impossibilidade da existência indígena contemporânea no país baseando-se em noções como aculturação, assimilação, autenticidade cultural. Chegam a sugerir a necessidade de realização de testes genéticos para verificar o pertencimento ao grupo étnico reivindicado. Isso mostra que entendimentos de identidade e etnicidade como fenômenos sociais de conformação de grupos políticos, como proposto no Brasil por autores como Roberto Cardoso de Oliveira e João Pacheco de Oliveira – centrais nos debates sobre etnicidade no livro de Repetto – estiveram ausentes do debate uruguaio até muito recentemente.

No restante do capítulo, a autora trata da tese recente acerca da predominância guarani (em oposição a charrúa) na formação da população rural uruguaia por historiadores e aponta como também esta tese contribui para a narrativa do desaparecimento charrúa e a impossibilidade de sua existência contemporânea. Além disso, Repetto comenta trabalhos genéticos em antropologia biológica que mostraram significativa porcentagem de pessoas com origens genéticas indígenas, sobretudo por via materna; defendem, assim, a ideia de mestiçagem na formação do povo uruguaio. Para Repetto, contudo, tais trabalhos não alcançam as dimensões sociopolíticas da violência colonial no processo de miscigenação. Por fim, Repetto insere sua própria pesquisa em movimento muito recente de investigações feitas por pesquisadores uruguaio em universidades estrangeiras, ou por estrangeiros, que “*propõem uma reinterpretação das narrativas da nação*” (REPETTO, 2019, p. 188) a partir de pesquisas documentais (como a de Repetto) ou de campo junto aos atuais Charrúa.

Os dois focos teóricos e problemáticos centrais para os debates do livro revelam a inserção institucional da autora. Em primeiro lugar, seu trabalho segue a trilha aberta por Souza Lima (1995) para o desvelo das práticas de administrar e gerir populações indígenas, inscrevendo-se no que Repetto (2019, p. 23) reconhece como uma Antropologia da Política e da Administração Pública. Em segundo lugar, a autora discute em diversas partes do livro a noção de etnicidade, reiterando seu caráter sociopolítico e não essencial (como parece insistir a antropologia uruguaia a que se opõe). Dessa forma, a autora menciona contribuições de João Pacheco de Oliveira (1998; 2016) para o estudo de processos de emergência étnica em regiões outrora entendidas como sem índios ou cujas populações indígenas eram encaradas como em vias de integração à sociedade nacional. É o caso do nordeste brasileiro, como menciona Repetto (2019, p. 156). A autora, no entanto, restringe sua discussão à bibliografia uruguaia e argentina sobre o tema, procedendo de modo cuidadoso na circunscrição da discussão que liga formação de estado nacional, desaparecimento indígena e presenças indígenas contemporâneas.

Escrito no Brasil por uma pesquisadora uruguaia, *Uma arqueologia do apagamento* certamente visa a uma reconfiguração do debate sobre presenças indígenas no país de origem de sua autora. A leitura do livro, no entanto, não deixa de ser proveitosa à antropologia brasileira. Além disso, este, como apontado, é fortemente influenciado por linhas de pesquisa desenvolvidas no Brasil e mais especificamente, no Museu Nacional da UFRJ. Lidando com um contexto nacional distinto, o caráter sintético e claro do livro proporciona a quem o lê um exemplo metodológico de como proceder diante de situações de apagamentos indígenas nas histórias nacionais ou regionais. *Uma arqueologia do apagamento* tem o mérito de articular a pesquisa documental das ações estatais de apagamento charrúa (capítulo 1) à descrição do apagamento indígena pela historiografia (capítulo 2) e ao modo como se configuraram os embates antropológicos em torno das presenças indígenas no Uruguai (capítulo 3) de maneira sintética e clara. Se não encerra o campo de pesquisas possíveis sobre a questão analisada, o livro propõe uma visão de conjunto que poderá ser aprofundada ou refinada com contribuições posteriores de pesquisas sobre as presenças/ausências indígenas no Uruguai.

*Uma arqueologia do apagamento*, assim, revela o caráter sólido da pesquisa de arquivo e bibliográfica de Repetto, bem como sua capacidade de articular distintos eixos de investigação, apresentando uma visão de conjunto do apagamento indígena no Uruguai. É por tais características que o livro se presta a inspirar quem se dedica ao tema dos apagamentos indígenas em outros contextos. Escrevendo a partir do Piauí, como faço, é notável o interesse do livro, uma vez que neste Estado – como no Rio Grande do Norte

(CAVIGNAC, 2003; VIEIRA; KÓS, 2017), onde se publica esta resenha – operou-se igualmente um apagamento indígena da identidade regional, entrelaçado ao surgimento de uma identidade piauiense e à constituição de uma história oficial estadual, conforme já sugeriu Ribeiro (2012). Como no Uruguai, à ausência indígena vigente no senso comum e na história oficial do Piauí contrastam-se as recentes reivindicações identitárias indígenas, o que ensejou pesquisas antropológicas sobre tais movimentos de reconfiguração sociopolítica (KÓS, 2015; BARROSO, 2018), por um lado, e críticas ao lugar do índio na historiografia piauiense (COSTA, 2011; ASSIS, 2016; BAPTISTA, 2017; GOMES; ROCHA, 2018), por outro. O que o livro de Repetto pode ensinar é justamente uma possibilidade de caminho a percorrer: uma antropologia histórica ancorada em pesquisa empírica documental que permite a descrição pormenorizada dos dispositivos do apagamento. A meu ver, portanto, o interesse maior na leitura do livro de Repetto no Brasil reside no exemplo fornecido por sua metodologia de pesquisa e descrição de documentos e fontes bibliográficas e o modo como tal material revela gestos de conformação e gestão dos indígenas pelo Estado uruguaio.

Por fim, cumpre notar algumas limitações do livro. Intriga a citação indireta do trabalho de duas antropólogas de importância para o estabelecimento de argumentos de Repetto. Veena Das, cujas ideias acerca da dimensão generificada do contrato social do Estado são centrais à segunda parte do primeiro capítulo do livro, é citada a partir do trabalho de outras pesquisadoras. O mesmo acontece com Ann Stoler, cujas abordagens *along* e *against the grain* são aportes metodológicos essenciais à etnografia dos arquivos proposta no livro. Além disso, nota-se alguns problemas de ordem editorial, que revelam descuido na preparação do livro, como trabalhos citados no texto e que não aparecem nas Referências, e erros diversos de digitação.

## Notas:

1. Repetto cita, indiretamente, obra de 2009 de Ann Stoler, que imagino ser seu livro *Along the Archival Grain*. Como não tive acesso ao livro, menciono capítulo da mesma autora acerca de discussões semelhantes.

## Referências:

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: Reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ASSIS, Rafael da Silva. *Os índios do Território Serra da Capivara: História, memória e ensino*. 2016. 101 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2016.

BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho. Da “selva” ao sangue à vida: O discurso historiográfico indígena no Piauí. In: 29º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2017, Brasília. *Anais...* Brasília: ANPUH, 2017. p. 1–17. Disponível em: [www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502846892\\_ARQUIVO\\_DaSelvaaoSangueaVida-ODiscursoHistoriograficoIndigenanoPiaui.pdf](http://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502846892_ARQUIVO_DaSelvaaoSangueaVida-ODiscursoHistoriograficoIndigenanoPiaui.pdf). Acesso em: 22 nov. 2019.

BARROSO, Ilana Magalhães. *Emergência étnica indígena, territorialização, memória e identidade do grupo indígena Tabajara e Tapuio da Aldeia Nazaré*. 2018. 103 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2018.

CAVIGNAC, Julie. A. A etnicidade encoberta: ‘Índios’ e ‘Negros’ no Rio Grande do Norte. *Mneme: Revista de Humanidades*, v. 4, n. 8, 2003. pp. 1-79

COSTA, João Paulo Peixoto. A farsa do extermínio: Reflexões para uma nova história dos índios no Piauí. In: PINHEIRO, Áurea; GONÇALVES, Luís Jorge (Org.). *Patrimônio Arqueológico e Cultura Indígena*. Teresina, Lisboa: EDUFPI, Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, 2011. pp. 140–161.

DAS, Veena. *Life and Words: Violence and the Descent into the Ordinary*. Berkley; Los Angeles; London: University of California Press, 2007.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Petrópolis; Lisboa: Vozes; Centro do Livro Universitário, 1972.

GOMES, Helene Karoline Tavares; ROCHA, Cristiana Costa Da. Reflexões sobre história e a historiografia indígena do Piauí. In: SOUZA, Elio F. SILVA, Iraneide S.; MIRANDA, José B.; MELO, Cláudio R. (Org.). *História e cultura afrodescendente*. Teresina: FUESPI, 2018. pp. 43–58.

KÓS, Cinthya Valéria Nunes Motta. *Etnias, fluxos e fronteiras: processos de emergência étnica dos Kariri no Piauí*. 2015. 2015. 161 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2015.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. Uma etnologia dos ‘índios misturados’? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Revista Mana*, vol. 4, n. 1, 1998.

\_\_\_\_\_. *O nascimento do Brasil e outros ensaios. Pacificação, regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2016.

REPETTO, Francesca. *Uma arqueologia do apagamento: narrativas de desaparecimento Charrúa no Uruguai*. São Paulo: Hucitec: ANPOCS, 2019.

RIBEIRO, May Waddington T. Ao encontro de uma ausência: ou onde estão os índios do Piauí. In: TAMASO, Izabela; LIMA FILHO, Manuel Ferreira (Org.). *Antropologia e Patrimônio: trajetórias e conceitos*. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2012. pp. 343–376.



SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.

\_\_\_\_\_. Prefácio: Presentificando ausências, preenchendo os silêncios: o Uruguai dos Charrúa. In: REPETTO, Francesca. *Uma arqueologia do apagamento: narrativas de desaparecimento Charrúa no Uruguai*. São Paulo: Hucitec: ANPOCS, 2019. pp. 11–14.

STOLER, Ann Laura. Colonial Archives and the Arts of Governance: On the Content in the Form. In: HAMILTON, C.; HARRIS, V; PICKOVER, M.; REID, G.; SALEH, R.; TAYLOR, J. (Ed.). *Refiguring the Archive*. Dordrecht: Springer Netherlands, 2002. pp. 83–102. Disponível em: [http://link.springer.com/10.1007/978-94-010-0570-8\\_7](http://link.springer.com/10.1007/978-94-010-0570-8_7). Acesso em: 8 maio 2020.

VIEIRA, José Glebson; KÓS, Cinthya Valéria Nunes Motta. “Rio Grande do Norte/Piauí: Invisibilidade, resistência e reconhecimento indígena”. In: RICARDO, Beto; RICARDO, Fany. *Povos Indígenas no Brasil: 2011-2016*. São Paulo: ISA, 2017, pp. 519-522.

Recebido em 12 de maio de 2020.

Aceito em 19 de agosto de 2020.